

**PESCA ARTESANAL EM ÁREAS PROTEGIDAS: TERRITÓRIOS
CONJUGADOS**
**PÊCHE ARTISANALE EM AIRES PROTEGÉES : TERRITOIRES
CONJUGUÉS**

Catherine Prost – UFBA

cprost@ufba.br

Israel Lucas Santos Cerqueira – UCSAL

raelcerqueira@yahoo.com.br

Resumo

As reservas extrativistas (resex) marinhas constituem unidades de conservação de uso sustentável destinadas à proteção da natureza e das populações tradicionais que habitam nelas e contribuem à manutenção da biodiversidade. Contudo, as reservas marinhas existentes no país raramente incluem terras e se limitam a territórios de águas, praias e manguezais. Ora, essa situação implica em dificuldades para as populações pesqueiras que precisam de garantia legal de seu poder de controle sobre terra também uma vez que é em terra que as mesmas têm seu local de moradia, assim como espaços complementares de usos sociais dos recursos naturais, tal como agricultura ou extrativismo vegetal. Sem essa garantia, as populações das resex marinhas ficam vulneráveis frente às ações espaciais de outros agentes econômicos. Duas resex marinhas baianas são tomadas como exemplo: a da baía do Iguape e a de Canavieiras.

Palavras-chave: reserva extrativista marinha; territórios conjugados; Bahia.

Résumé

Les réserves de collecte marines constituent des aires protégées d'usage durable destinées à la protection de la nature et des populations traditionnelles qui y habitent et contribuent au maintien de la biodiversité. Cependant, les réserves marines existantes dans le pays rarement incluent des terres et se limitent à des territoires d'eaux, de plages et de mangroves. Or, cette situation implique en de difficultés pour les populations pêcheuses qui ont besoin de garantie légale de leur pouvoir de contrôle sur la terre aussi puisque c'est sur la terre que celles-ci habitent et trouvent des espaces complémentaires d'usages sociaux de ressources naturelles, tels que l'agriculture ou la collecte végétale. Sans cette garantie, les populations des réserves marines sont vulnérables face aux actions spatiales d'autres agents économiques. Deux réserves marines bahianaises sont prises comme exemple : celle de la baie d'Iguape et celle de Canavieiras.

Mots-clé: réserve de collecte marine; territoires conjugués ; Bahia.

Introdução

O Brasil possui 7.367 quilômetros de costa marítima, o que lhe proporciona trunfos de diversas ordens, desde econômica até geoestratégica. A fachada atlântica recebeu a chegada dos colonizadores europeus, principalmente portugueses. Os recantos mais abrigados serviram de portos naturais para os portos que permitiram as exportações comerciais para a metrópole e a importação de escravos africanos após um século de

domínio colonial. Sem ter descoberto riquezas muito valiosas do ponto de vista econômico no interior das terras, tal como os conquistadores espanhóis com as minas de ouro, prata e demais pedras preciosas, a colonização portuguesa privilegiou uma ocupação voltada para o litoral, embora as expedições pioneiras tenham permitido à Coroa estender sobremaneira seu domínio político no continente latino-americano além da linha de Tordesilhas. Esse desequilíbrio na ocupação do território nacional foi, aliás, motivo de preocupação de dirigentes políticos e militares no século XX, encorajando políticas de interiorização para assentar a soberania brasileira até os confins das fronteiras terrestres. Mas desde antes da chegada de Cabral em 1500, a região costeira tinha sido local de habitação de numerosas populações indígenas. Isso se explica pela riqueza de recursos que a área de contato entre mar e continente oferece às populações, em virtude, notadamente, de ecossistemas específicos como os manguezais ou lagoas costeiras, com elevada importância para a vida vegetal e animal e, em consequência, para o sustento de sociedades humanas. A aliança entre atividades vinculadas ao mar (e/ou rios) e a terra é uma opção praticada secularmente por grupos tradicionais, opção ainda visível hoje com a existência de pescadores que praticam pluriatividade: pesca e agricultura de subsistência e/ou extrativismo vegetal ou animal em ambientes terrestres. Com a modernização da sociedade brasileira, o litoral passou a abrigar mais cidades, cada vez maiores, e determinadas atividades econômicas de cunho industrial ou grandes infraestruturas, tais como portos, indústria nuclear, construção naval, dentre outras. Essas infraestruturas e indústrias decorrem em parte da exploração de petróleo uma vez que 70% da exploração petrolífera nacional ocorrem na plataforma continental. No século XX, observou-se também a valorização das praias como local privilegiado de férias, tanto por parte de turistas brasileiros como de estrangeiros. Se por um lado, uns defendem o “progresso” e o avanço da “modernidade”, por outro, ambientalistas denunciam impactos ambientais crescentes tais como remoção da vegetação nativa, lançamento de esgoto e efluentes industriais e contaminação dos ecossistemas. Essa multiplicação e intensificação de usos em uma área relativamente estreita do continente leva a conflitos entre grupos sociais e econômicos para o controle e o uso do espaço. Com o aumento significativo das preocupações em torno da proteção ambiental a partir da década de 1970, o Brasil vem adotando ao longo das décadas uma legislação ambiental que visa responder a esses anseios, no intuito de preservar áreas do território nacional da degradação. Parte dessa legislação inclui não apenas a proteção da natureza mas também de populações tradicionais, por estas serem co-autoras dessa missão que a

sociedade nacional se atribuiu. Assim sendo, são decretadas unidades de conservação (UC) de uso sustentável, autorizando o uso social dos recursos naturais por populações tradicionais locais. Dentro delas, destacam-se aqui as reservas extrativistas (resex) marinhas, criadas a partir do ano de 2000, inspiradas das resex florestais conquistadas pelo movimento dos seringueiros do Acre. As resex marinhas visam proteger em primeiro lugar recursos pesqueiros, sendo eles capturados em águas interiores ou oceânicas ou ainda em áreas de manguezais, situados em estuários, na linha de costa ou ao longo de rios que recebem influência das marés. Os grupos populacionais contemplados nem sempre vivem dentro dos limites das resex mas fazem uso desses recursos e por isso são denominados de usuários pelo órgão ambiental competente, o Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBio). São considerados usuários por ser a pesca – incluindo a mariscagem, atividade de coleta de mariscos – a principal atividade de subsistência do conjunto da população embora não signifique que seja exclusiva. De fato, com frequência, os pescadores aliam sua atividade a outra, seja a agricultura familiar; seja o extrativismo vegetal, seja empregos, seja enfim uma combinação dos mesmos. A pluralidade de atividades pode se explicar pela dificuldade em depender apenas de uma fonte de recursos, mas também de um manejo de recursos naturais mais equilibrado, com maior aproveitamento da pluralidade que a natureza proporciona.

Objetivos

Qualquer seja a situação - grupos que se dedicam exclusivamente à pesca ou que praticam várias atividades -, importa que o acesso à terra e à água seja assegurado para garantir a reprodução das práticas sociais e, por conseguinte, dos grupos sociais. Ora nem sempre as resex criadas até agora têm sucesso em satisfazer tal garantia. Procura-se aqui evidenciar que as dificuldades decorrem por causa da forma em que é pensada a delimitação de seus territórios ou ainda por causa das relações de poder que perpassam a sociedade brasileira.

Para tal, será tomado aqui o exemplo de uma resex marinha baiana, a da Baía do Iguape que abrange apenas águas interiores e manguezais. A resex de Canavieiras será também apresentada em razão da diferença territorial que ela apresenta com a primeira, uma vez que ela inclui também áreas terrestres.

Referencial teórico

Como mencionado na introdução, a pesca artesanal é presente no litoral brasileiro desde a época pré-colombiana. Vestígios de sambaquis - esses amontoados de conchas presentes em camadas de solo - ao longo da costa brasileira testemunham o caráter tradicional dessa atividade, que envolve desde a pesca em zona marinha com redes até a mariscagem nas beiras de rios e baías, em substratos arenosos ou lodosos. A diversidade dos recursos pesqueiros constituiu historicamente uma importante fonte de alimentação protéica para as populações locais. O ofício ganhou aportes culturais diversos e oferece uma importante ou até exclusiva fonte de sustentação de centenas de milhares de pessoas no Brasil - sendo 200.000 apenas na Bahia -, além de contribuir na dieta do conjunto dos brasileiros e nas exportações com 1,24 milhões de toneladas de produção anual em 2009. Desse total, a região Nordeste é responsável por 34%, com mais de 400.000 toneladas capturadas em 2009, segundo estatísticas do ministério da pesca. A Bahia ocupa o primeiro lugar na região e o terceiro em escala nacional com 119,6 mil toneladas anuais (MPA, 2009).

No século XX, os pescadores obtiveram progressivamente reconhecimento legal de sua atividade, implicando em determinados direitos e deveres. O reconhecimento de sua importância para o país foi nos últimos anos expresso pela criação em 2003 de uma Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura, ligada ao Ministério da Agricultura, Secretaria que foi transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura em 2008.

Nas últimas décadas, os pescadores contam com ganhos trabalhistas, sendo portanto considerados pescadores profissionais, com ampla documentação necessária para sua regularização. Dentre outros direitos, os pescadores regularizados contam com licença saúde, licença-maternidade, salário defeso¹ e aposentadoria. Para tal, eles devem ter a pesca como atividade exclusiva ou principal pois não podem cumular os direitos trabalhistas relativos a outras categorias socioprofissionais. Em contrapartida, esses direitos asseguraram uma maior estabilidade socioeconômica às famílias.

A pluriatividade é uma característica que não é nova na pesca. Diegues (1983) relata como a pesca artesanal era exercida nos moldes da pequena produção mercantil até a década de 1930, combinando atividades de pesca e de agricultura. Dessa forma, os pescadores tiravam o produto da dieta cotidiana no cultivo, completando, com o consumo e a venda das capturas de pesca, o aporte protéico, mas também dinheiro. Essa pluriatividade reflete um manejo dos recursos naturais uma vez que as famílias não

1 O salário defeso corresponde a uma remuneração recebida durante o tempo de suspensão da pesca de uma determinada espécie durante o tempo de sua reprodução.

tiravam seu sustento de uma só fonte, tirando ora da terra ora da água os alimentos necessários, garantindo assim certa segurança alimentar, hoje em dia tema de políticas públicas.

Khun (2009) frisa que esse tipo de organização muda com a criação da Superintendência da Pesca (SUDEPE) em 1967. Na perspectiva do regime militar, a atividade pesqueira devia se voltar para a lógica do crescimento econômico, do aumento da produção, que nessa data totalizava cerca de 400.000 toneladas anuais. Datam dessa época as políticas de incentivo à pesca industrial mas também à modernização da pesca artesanal, conforme exemplifica Maneschy (1994) ao relatar o fomento à aquisição por pescadores artesanais de malhadeiras de plástico ou náilon, substituindo redes menos resistentes e compridas e mais pesadas. Com isso, observou-se uma elevação nas capturas, chegando a um ápice de cerca de um milhão de toneladas em 1985, antes de declinar em torno de 600.000 toneladas em 1990, nível semelhante ao início dos anos 1970. A modernização do setor pelo regime militar permitiu portanto um aumento considerável – embora não sustentado – da produção, mas implantada de forma vertical. Vale lembrar o laço antigo do enquadramento da pesca por estrutura autoritária em que pese a criação das colônias de pescadores pela Marinha no início do século XX no intuito de melhor defesa da extensa costa nacional frente a uma eventual ameaça- e de aumento da produção. Vê-se portanto que o Estado brasileiro considerou a pesca no século passado segundo uma lógica de segurança nacional e uma lógica econômica para aumento da produção graças a técnicas mais capitalísticas.

Com a profissionalização regulamentada do setor, o poder público passou a distinguir o pescador-lavrador do pescador dito profissional. Hoje em dia, se vê mais comunidades compostas de muitas famílias cujos chefes se dedicam exclusivamente ou quase à pesca, graças em parte aos direitos trabalhistas que a regularização proporciona, mas também por causa da dificuldade crescente do acesso à terra, decorrente da intensificação de determinados usos do solo; entre eles serão salientados aqui o turismo, a carcinicultura ou a concentração fundiária.

O turismo se configura como um exemplo de atividade econômica que entra em concorrência com a pesca na ocupação e uso do solo próximo ao litoral. Essa tendência é especialmente forte na Bahia onde o Estado investiu no setor de modo a dinamizar a economia. Numerosos locais situados no litoral sofrem com o aumento do turismo, acarretando valoração do solo pela maior procura. Em consequência, a transformação causa mudança de moradores dos locais mais próximos de praia para locais mais

afastados em favor da localização de pousadas e *resorts* à beira d'água. Araújo (2010) ilustra esse processo no arquipélago de Cairu que conhece fluxos crescentes de turistas brasileiros mas também internacionais, mostrando como lógicas exógenas são capazes de transformação.

Outro fator de dificuldade para os pescadores - que cresce em número e extensão territorial na costa nordestina - reside na carcinicultura praticada em moldes industriais. Essa atividade provoca um conflito óbvio para os pescadores em que pesem os altos impactos ambientais e sociais, como será detalhado mais adiante a respeito da reserva extrativista marinha de Canavieiras.

Enfim, a concentração fundiária crescente torna cada vez mais difícil aos pescadores-lavradores tirarem seu sustento dos recursos naturais uma vez que seu acesso a estes tende a diminuir. Essa evolução acarreta portanto uma tendência à sobrecarga sobre os recursos pesqueiros. Essa situação é agravada quando a concentração fundiária expulsa lavradores de suas terras pois estes, quando próximos à região costeira, podem decidir por se lançar na atividade pesqueira como alternativa de sobrevivência. Com efeito, na pesca artesanal, as artes exercidas variam e requerem de um a oito homens em função do esforço a efetuar. Assim, alguém que chega em uma comunidade pesqueira, mesmo não possuindo embarcação, apetrechos de pesca, ou ainda conhecimentos sobre as artes, pode ser integrado numa equipe ou mariscar sozinho. A Baía do Iguape figura como um bom exemplo desse tipo de situação e das dificuldades oriundas de uma sobrepesca por pressão demográfica.

Tanto a Baía do Iguape como Canavieiras compreendem uma reserva extrativista marinha, ou seja, uma unidade de conservação de uso sustentável. Neste tipo de unidade, as populações tradicionais são contempladas no objetivo de proteção ambiental uma vez que seus saberes ambientais e o manejo de recursos fundamentado nesses conhecimentos contribuem com a manutenção da biodiversidade. O estatuto de resex marinha visa garantir essa produção do espaço diferente da produção capitalista do espaço. Para tal, são delimitados territórios legais pelo governo federal, territórios entendidos como porções do espaço permeados por relações de poder. Nos casos de estudo, a delimitação legal expressa a atribuição de poder pelo governo aos usuários – com ênfase nos extrativistas - através do Conselho Deliberativo.

Mas além disso, observa-se lutas de poder para o controle de uso do espaço, manifestas dentro dos próprios conselhos deliberativos (ex: pescadores *versus* fazendeiros, carcinicultores ou empresas). Nessa perspectiva, é importante lembrar que o espaço, no

qual estão inseridas as resex, deve ser entendido como uma totalidade (SANTOS, 2002) em que agentes diversos divergem quanto aos seus usos, concretos ou planejados. Eles podem entrar em conflito por causa de diferenças de interesses em razão de lógicas que atuam em diferentes escalas. O caráter conflitivo evidencia relações de força que se opõem para o controle sobre determinadas porções de espaço. Assim sendo, o território é uma categoria que ajuda a responder ao objetivo desse artigo uma vez que ele se distingue da categoria de espaço – que lhe é anterior – por ser permeado por relações de poder, como enfatizam vários autores de referência tais como Raffestin (1993) ou Souza (2001). São confrontados interesses divergentes: os dos pescadores artesanais, agentes que estão na origem da criação do território legal da resex, e os interesses de agentes econômicos diversos, que pertencem tanto ao campo das horizontalidades - como é o caso de fazendeiros que ocupam o entorno da baía do Iguape - como no campo das verticalidades como ilustra a implantação de empresas que obedecem a lógicas exógenas ao lugar e que frequentemente usufruem do apoio do Estado. Com isso, o estudo versa sobre uma porção de espaço costeiro permeado por relações de poder que definem portanto um território. Os conflitos são observados malgrado a existência de um território definido por lei federal para fins de conservação ambiental, fundamentada na presença de populações tradicionais, em nome de saberes ambientais que elas detêm e graças aos quais elas mantêm a biodiversidade local. Convém lembrar que essas populações locais detêm um poder visível em uma esfera local de decisão que é o conselho deliberativo da UC. Apesar disso, conflitos fundiários e ambientais são observáveis na área de estudo e em demais resex da Bahia e do resto do litoral brasileiro. Uma das dificuldades sentidas pelas populações pesqueiras locais se refere ao fato que, além das áreas de águas e manguezais serem sujeitas a impactos por atividades econômicas do entorno da UC, estas não garantem o acesso dos pescadores visto que o território da resex não compreende áreas terrestres, no entanto imprescindíveis para fins de moradia, de exercício de demais atividades de uso de recursos naturais (agricultura e/ou extrativismo vegetal) ou simplesmente de acesso aos manguezais e às águas.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa inclui, além do levantamento bibliográfico e documental sobre as áreas de estudo, um trabalho de campo mais aprofundado na resex baía do Iguape por ter sido objeto de precedente estudo do grupo de pesquisa Costeiros. Assim sendo, um questionário foi aplicado junto aos pescadores, levantando dados sobre a moradia, as

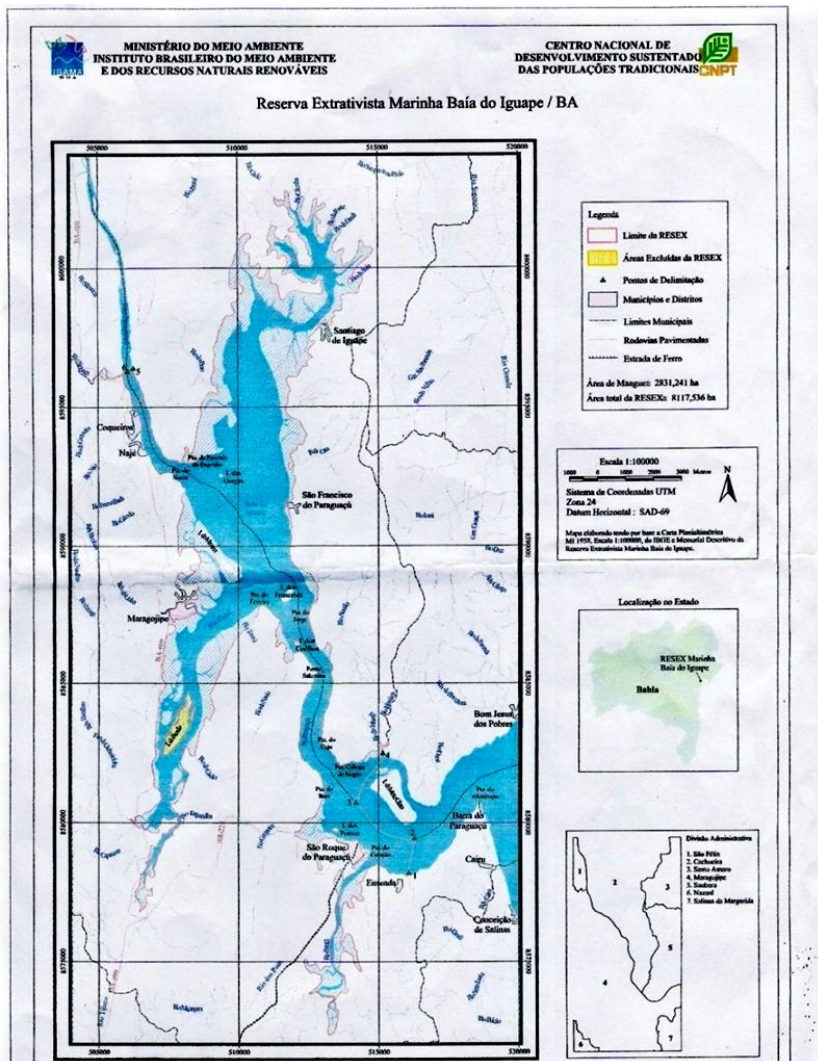
condições de trabalho (frequência, artes utilizadas, tempo gasto na atividade, etc.), a produção (espécies capturadas, evolução ao longo do tempo de exercício, etc.), o beneficiamento das capturas e a venda, assim como a organização social das comunidades. Além disso, a participação em assembleias do conselho deliberativo da referida resex ou em reuniões mais amplas - contando com a presença de representantes de demais resex marinhas, incluindo a de Canavieiras - foi importante para dar elementos de comparação entre as dificuldades enfrentadas, as estratégias escolhidas e as conquistas realizadas. O trabalho de campo na resex de Canavieiras constituiu-se de uma visita de reconhecimento em várias comunidades assim como em entrevistas de várias lideranças sociais sobre o processo de criação da resex, os conflitos enfrentados e o processo de gestão de modo geral. Um levantamento em curso visa identificar o estado da estrutura fundiária dos municípios que abrigam as resex de estudo, fase que está no momento concluída para os municípios nos quais está inserida a resex Baía do Iguape.

Resultados

As populações pesqueiras e a estrutura fundiária em torno da Baía do Iguape

A resex Baía do Iguape conta com mais de 70 comunidades (para exame completo, ver levantamento feito por Viviane Martins para o ICMBio, 2009), compostas de pescadores e de pescadores-lavradores. Os primeiros se encontram na sua maioria nas localidades mais urbanizadas (sedes de municípios ou de distritos) e os segundos nas localidades rurais. Ressalta-se no entanto que os primeiros podem aliar sua atividade de pesca a pequenos empregos temporários no setor informal, o que não implica em uma mudança no regime trabalhista. Todavia, nas últimas décadas, a pesca adquiriu mais importância na base de sustento das famílias por vários fatores: o quadro econômico da região declinou severamente com o fechamento de fábricas de charuto e a concentração fundiária expulsou famílias de áreas outrora exploradas tradicionalmente em favor da monocultura de cana de açúcar ou da pecuária. Entre as comunidades rurais quilombolas, algumas praticam agricultura e/ou extrativismo vegetal e outras acrescentam a pesca a suas atividades. Todavia, as lideranças entrevistadas e as respostas ao questionário aplicado em trabalho de campo indicam dificuldades crescentes ressentidas pelas comunidades por causa do aumento da concentração fundiária, elemento fundamental para compreender a dinâmica territorial da RESEX Marinha Baía do Iguape.

Figura 1: Mapa da resex marinha Baía do Iguape



Fonte: IBAMA.

A questão principal envolve uma dimensão histórica dada à própria dinâmica de produção espacial do Recôncavo Baiano, submetida por séculos às exigências produtivas de monocultura, escravidão e latifúndio conforme explica Brito (2008).

Dentre os elementos fundadores da dinâmica territorial do Recôncavo Baiano é importante salientar o latifúndio para compreender o território e a relação territorial da resex com as propriedades privadas. O latifúndio é aqui entendido territorialmente como excedendo em 600 vezes o módulo rural, tal como definiu o Estatuto da Terra a partir de 1964. O módulo rural é definido pela mesma lei como equivalendo à área de agricultura familiar e varia de região para região. Nos municípios de Cachoeira e Maragojipe nos quais está delimitada a resex Baía do Iguape, o módulo rural é de 30 hectares. Para

analisar a importância desses latifúndios na dinâmica territorial dos respectivos municípios, é necessária uma pesquisa mais aprofundada que não é objetivo desse trabalho.

O Índice de Gini classifica os dados numa escala crescente de 0 a 1, sendo 0 o índice mais próximo da plena distribuição de terras e 1 representando a total concentração fundiária. Com base nesse índice e nos dados de censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pode-se perceber que os municípios de Cachoeira e Maragogipe apresentam alta concentração fundiária, segundo uma tendência historicamente construída. Cachoeira apresenta nos anos de 1920-1996 uma série histórica no Índice de Gini superior a 0,8, com uma inflexão em 1975 à 0,620 não muito bem elucidada – provavelmente uma deturpação nos dados. Os dados de 1950 apresentam para esse município o Índice de Gini em 0,915, configurando assim uma extrema concentração fundiária em que 1,68% dos estabelecimentos rurais concentram mais da metade das terras (55,04%). No ano de 1996 o Índice de Gini foi de 0,895, com 2,67% dos estabelecimentos detendo 73,21% das terras do município (GeografAR, 2006).

Maragogipe apresenta uma concentração fundiária menos extrema; ao longo da série histórica 1920-1996, tendeu ao decréscimo. Em 1920 o Índice de Gini era de 0,984, configurando uma extrema concentração fundiária, com apenas 2 estabelecimentos se estendendo em 58,46% das terras do município. Nos anos seguintes esses números diminuem, mantendo-se o Índice de Gini abaixo de 0,9. Em 1960, esse valor chega a 0,803 e decresce nos anos seguintes para 0,7. No ano de 1985 o Índice de Gini chega a 0,695, mas em 1996 esse número aumenta novamente para 0,782. A distribuição de terras se encontra portanto ainda concentrada em poucos estabelecimentos. Em 1996 46,09% das terras estavam concentrados em 10 estabelecimentos rurais (GeografAR, 2006). Mas além da apropriação das terras, as mudanças no seu uso alteraram as condições de vida das populações quilombolas. O trabalho de campo permitiu detectar como isso se manifestou concretamente na vida local uma vez que comunidades que cultivam e realizam extrativismo vegetal viram seu espaço de uso reduzido com a extensão crescente de monocultura tal como descrito em Prost (2007). A redução dos espaços de uso dos lavradores ou pescadores-lavradores incentivam estes a se dedicar mais à pesca – contribuindo a um esforço maior sobre o estoque de recursos pesqueiros – ou ainda a migrar para cidades da região, como Salvador ou Feira de Santana, em busca de emprego.

O que se compreende desses dados é a saliente concentração fundiária existente no entorno da resex marinha Baía do Iguape, precarizando os pescadores já que a mesma abrange apenas zonas de manguezal e águas interiores, não submetidas - teoricamente - ao “privado”.

Essa concentração fundiária está sendo submetida desde 2009 a um processo agravante decorrente do projeto de estaleiro naval ao sul da resex, em São Roque do Paraguaçu, ampliando sensivelmente a superfície de uso industrial ocupada por um canteiro de plataforma da Petrobras, já existente na resex no período da criação da mesma. Assim sendo, um levantamento de campo efetuado em São Roque em 2011 mostra como os preços de aluguel ou venda de imóveis aumentaram desde o início dos estudos do projeto. Malgrado as obras ainda não foram autorizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão ambiental federal, a dinâmica anunciada já aquece o mercado imobiliário. Assim sendo a venda de um terreno na praça principal não passava dos 10-15 mil reais; entretanto, hoje os preços estão variando entre 70-150 mil reais, saindo totalmente das possibilidades de compra da maioria dos moradores da comunidade, composta em grande parte por pescadores e marisqueiras. Com isto, é nítida a relação de exclusão que está sendo criada na comunidade. Os moradores de São Roque do Paraguaçu, que usam e vivem no território, estão migrando por não terem mais condições de arcar com os aluguéis e, muito menos com a compra de um imóvel próprio. Assim, a supervalorização dos imóveis residenciais está contribuindo para uma fuga forçada e enfraquecendo as condições de manutenção da identidade cultural do lugar, sem nem mesmo que haja infraestrutura e serviços urbanos que justifiquem tal inflação. A presença do Movimento dos Sem-Terra na comunidade figura como outro indicador da dificuldade de acesso à terra. Assim, 87% dos entrevistados reconheceram que os preços dos imóveis está em escalada, demonstrando a força de especulação em torno de um projeto industrial que está previsto por gerar bilhões de reais por ano com a construção de navios.

Certamente, a implantação de uma resex não significa uma barreira contra a especulação fundiária ou imobiliária uma vez que o território não é fechado a pessoas de fora. Abrindo um parêntese, é o que se percebe na localidade de Atalaia, na resex de Canavieiras, onde o turismo está provocando a valorização econômica do solo com a compra de terrenos por pessoas de fora do município por conta do acesso à praia. A comunidade de pescadores está encontrando com isso dificuldades para ocupar terrenos mas também para ter acesso a um manguezal onde se pratica extrativismo, em razão de

uma grande propriedade ao sul da ilha. Essa dificuldade se explica notadamente porque essa parte – compreendendo a sede municipal e a localidade de Atalaia - não está incluída no perímetro da resex, limitando assim o poder dos extrativistas.

Voltando ao projeto de ampliação do canteiro naval de São Roque do Paraguaçu, uma das fragilidades da resex reside na precariedade do seu perímetro uma vez que a poligonal da unidade de conservação foi modificada por medida provisória (MP) no intuito de facilitar a implantação do projeto industrial. Essa MP foi derrubada mas está tramitando no Congresso um projeto de lei para rever os limites territoriais da resex. Como a resex não dispõe de um plano de manejo dos recursos naturais, nem de uma mobilização social muito forte e coesa, sua fragilidade frente às forças do capital (um consórcio de três grandes empresas) que agem em nome do governo estadual se agrava. Embora a resex tenha obtido a concessão real de uso, o projeto corre fortemente o risco de ser realizado malgrado os fortes e amplos impactos territoriais (PROST, 2009b). Em nome do desenvolvimento sustentável, o governo estadual, em qualidade de proponente do projeto, procura facilitar essa implantação, contribuindo ao aumento da produção naval nacional em um cenário internacional em crescimento. Face às bilhonárias receitas esperadas, o território da resex marinha aparece fraco pois apenas abrange águas e manguezal, o que limita a margem de poder que o conselho deliberativo da resex dispõe para inferir ou deferir determinados usos do espaço.

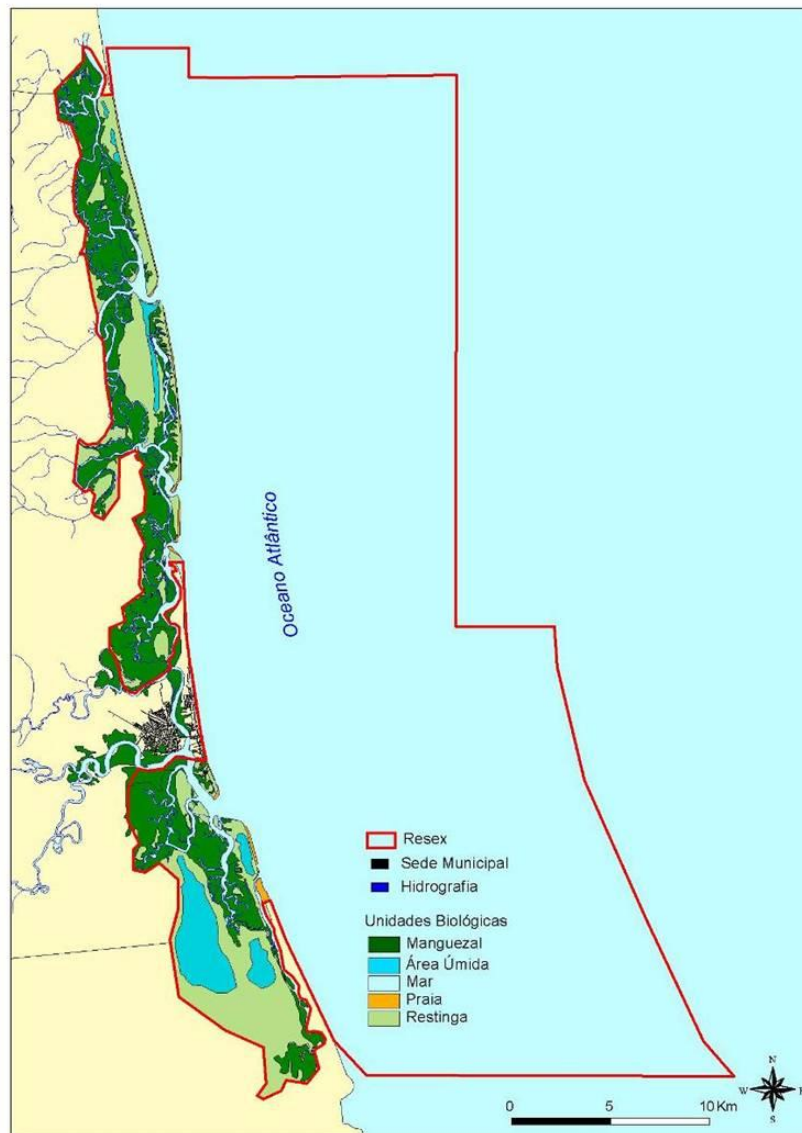
Limites e conquistas da resex marinha de Canavieiras

A resex de Canavieiras foi criada em 2006, seis anos após a da Baía do Iguape. Embora não detenha a concessão real de uso, Canavieiras se distingue das três outras resex marinhas baianas uma vez que parte de seu território abrange terras, continentais e de ilhas, além de manguezais e águas estuarinas e marinhas, conforme ilustra a figura 2.

Ao analisar o recorte territorial da resex, percebe-se que ele contorna certas áreas: é o caso da sede municipal e seu prolongamento em direção da praia, na localidade de Atalaia, mencionada acima, assim como parte do litoral a norte da cidade e ao sul da resex. A parte a norte da cidade ficou excluída em função da presença de propriedades privadas e da ausência concomitante de comunidades pesqueiras. Ressalta-se que os proprietários privados na região têm como projeto desenvolver cultivos de côco, piscicultura ou ainda pousadas à beira-mar. Os extrativistas decidiram evitar outro conflito para incluir essa parte na resex pois enfrentaram um conflito muito sério na criação da resex, apresentado em trabalho anterior (PROST, 2009a). Em poucas

palavras, uma aliança entre lojistas e proprietários fundiários interessados em promover o turismo e uma empresa de carcinicultura com ambição de extensão mobilizou a população local e obteve o apoio da prefeitura para barrar a resex, usando um slogan perverso: “Natureza sim, resex não”. Contudo, graças ao apoio da esfera jurídica - com atores tal como o Ministério Público Federal -, os pescadores conseguiram fazer valer suas reivindicações e a garantia da resex contra os interesses dos agentes econômicos citados.

Figura 2: Mapa da resex marinha de Canavieiras



Fonte: Associação Mãe de Canavieiras.

Hoje em dia, a resex ainda não dispõe da concessão real de uso mas seu perímetro abarca superfícies terrestres. A vitória dos extrativistas permitiu barrar processos em curso como a carcinicultura. Se ainda existe uma fazenda de cultivo de camarão na região – que ficou fora dos limites -, ela não pode se estender mais. Essa blocagem à ampliação é especialmente importante haja vista os impactos ambientais – e por conseguinte sociais – que a carcinicultura industrial provoca. Dentre eles, pode-se citar a remoção do mangue, a compactação do solo de manguezal, a contaminação de altas quantidades de água que, por sua vez, contamina outros elementos da natureza, como

explica Machado (2007). Com as superfícies terrestres, as diferentes comunidades pesqueiras visam garantir a perenidade, além da pesca, da agricultura familiar e do extrativismo vegetal.

Considerações finais

Em Canavieiras, como na Baía do Iguape, muitas comunidades vivem de usos diversificados dos recursos naturais, algumas tendo os recursos pesqueiros como fonte principal ou complementar da renda. Essa diversidade é um componente importante do manejo dos recursos e a inclusão de partes terrestres no território da resex é um instrumento legal suplementar para amparar as comunidades pesqueiras na conservação de suas atividades tradicionais. Assim sendo, a distinção entre pescadores e pescadores-lavradores é artificial. Os pescadores artesanais são trabalhadores do mar, como afirma Diegues (1983). Hoje em dia, eles são reconhecidos por lei como populações tradicionais, ou seja, como agentes sociais que contribuem à proteção ambiental graças aos saberes ambientais que detêm e do manejo de recursos naturais que praticam em espaços de uso comum, sendo exemplos concretos da negação da tragédia dos comuns. Em uma inovação da legislação ambiental sobre unidades de conservação no último quarto do século passado e na linha da criação das reservas extrativistas florestais, as resex marinhas visam a proteger sítios considerados de relevante interesse ecológicos mas também as populações tradicionais que ali e dali vivem.

Todavia, além da constatação que os instrumentos legais em si não evitam os conflitos de uso do espaço, conflitos cujos resultados dependem em grande parte da correlação de forças políticas, a criação de territórios reconhecidos em lei deve incluir preferencialmente porções de espaço terrestre, pois são elas que abrigam a moradia dos pescadores, assim como outros espaços de produção, seja ela de agricultura ou de extrativismo vegetal. Trata-se de produção do espaços diferenciada do modo capitalista, por ser menos intensiva e impactante, mais sustentável do ponto de vista ambiental, social e cultural, e que obedece à lógica local de reprodução de grupos sociais. O amparo legal de territórios de proteção ambiental que conjugam água e mar deve ser reforçado e ampliado de modo a reforçar as lógicas locais sociais frente a lógicas externas de fomento capitalista.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Daniela. **Turismo e transformações socioespaciais: o caso do município de Cairu - Bahia**. Salvador: Mestrado em Geografia, IGEO/UFBA, 2010.

BRITO, Cristóvão de Cássio da Trindade. **A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CERQUEIRA, Israel Lucas Santos. **Território e norma: a implantação do Polo Naval na RESEX Marinha Baía do Iguape**. Monografia (Geografia). Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. Departamento de Geografia, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos Santána. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

GeografAR. A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária do Estado da Bahia**. Banco de Dados. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2006. www.geografar.ufba.br, (acessado em 10/02/2011).

ICMBio. Produto n. 4. Documento final de caracterização da unidade e temas complementares. Reserva extrativista marinha Baía do Iguape. Maragogijipe, 2009.

KUHN, Ednizia Ribeiro Araújo. **Terra e água: Territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

MACHADO, Ricardo A. S. **O meio natural na organização produtiva da população pesqueira tradicional do município de Canavieiras/BA**. Dissertação em Geografia da UFBA, Salvador, 2007.

MANESCHY, Cristina. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**, Belém, UFPA, 1994.

MPA - Ministério da Pesca. Produção de pescado aumenta 25% nos últimos oito anos. In. <http://www.mpa.gov.br>, (acessado em 15/01/2011).

PROST, Catherine. Efeitos da barragem Pedra do Cavalo sobre a pesca artesanal na baía do Iguape. In: **Anais do IIº Encontro brasileiro de ciências sociais sobre barragens**, 18-22/11/2007. Salvador: UFBA. CDRom.

PROST, Catherine. O falso consenso sobre a defesa do meio ambiente. In: Francisco Mendonça; Cicilian Luiza Lowen-Sahr; Márcia da Silva. (Org.). **Espaço e tempo**. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. 1 ed. Curitiba: ADEMADAN, 2009a, v. 1, p. 181-200.

PROST, Catherine. Resex marinha versus pólo naval na Baía do Iguape. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009, Niteroi. Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Niteroi : UFF, 2009b. v. 1. p. 1-17.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.